

Mais Bloco: mais justiça na economia, melhores serviços públicos

A presente candidatura integra aderentes da anterior CCD e aderentes que pela primeira vez assumem essa responsabilidade. Todos e todas com trabalho concreto no Bloco, nas suas campanhas e iniciativas e na luta social. Uma candidatura de continuidade, plural e solidária, preparada para os desafios do próximo mandato. É uma candidatura capaz de congrega o trabalho das organizações concelhias, dos aderentes e ativistas sociais.

1. Um Bloco que busca alternativas ao capitalismo

No documento fundacional “Começar de Novo”, o ponto de partida do Bloco é definido pelo fracasso do capitalismo para assegurar a realização dos mais elementares Direitos da Humanidade. É nessa expressão do anticapitalismo que largos milhares de pessoas se juntaram ao Bloco de Esquerda.

O capitalismo gera desigualdade, pobreza e exploração. A sua procura por novas fontes de rentabilidade levou a uma onda de privatizações e ao ataque aos serviços públicos. Ao mesmo tempo, a estrutura salarial da sociedade deixou de garantir a proteção social e a estabilidade e passou a caracterizar-se pela precarização do sistema de trabalho. Uma “nova” sociedade caracterizada pela incerteza, imprevisibilidade e insegurança, pela desestabilização dos, até então, trabalhadores estáveis que possuíam uma posição sólida na divisão do trabalho e que são expulsos do sistema produtivo. A globalização do “mercado” de trabalho e a precariedade permitiram baixar os salários.

É também nesse quadro que a corrupção se afirmou como pedra essencial na conquista de novos mercados. O capitalismo global provocou as alterações climáticas. É também na urgência dessa luta que nos afirmamos alternativa.

O anticapitalismo é o que faz a diferença do Bloco para os partidos que defendem o atual sistema económico. É a essa alternativa que mais de meio milhão de eleitores se juntou nas últimas eleições legislativas.

2. Um Bloco mais amplo, um novo tempo no país

Após a crise mundial de 2008, o plano da direita hegemónica mudou. Se antes queriam o Estado fora da economia, depois adotou o discurso da necessidade de ordem como resposta ao caos dos interesses individuais. Introduziu ainda a moral como elemento central na constituição de um corpo social. Todos ouvimos a frase: vivemos acima das nossas possibilidades.

Neste novo quadro muitas das políticas mantiveram-se iguais, outras mudaram para assegurar o mesmo objetivo: transferência de riqueza do trabalho para o capital. Nesse quadro surge a “grande sociedade”, em que se espera que seja a própria sociedade a providenciar os serviços sociais essenciais (assistência na infância e na velhice, segurança social, saúde, educação).

Foi esta nova direita que foi derrotada nas últimas eleições legislativas de 2015. O Bloco de Esquerda foi fundamental para afastar o PSD e o CDS do poder. Estes dois partidos tinham sido responsáveis por um violento plano de austeridade que cortou salários e pensões, fez disparar o desemprego, a precariedade e a pobreza, atacou o Estado Social, privatizou os setores públicos mais rentáveis e concentrou a riqueza do país nas mãos de um punhado de super-ricos.

Este era e continuaria a ser o plano da direita para o país se não tivessem sido afastados do Governo. Basta lembrar que, a Bruxelas, PSD e CDS já tinham prometido um novo corte de 600 milhões de euros nas pensões.

A derrota do PSD e CDS expôs o vazio do programa da direita. Governaram com a austeridade dizendo que não havia alternativa. Está demonstrado que esse programa de destruição não tem lugar na sociedade. Os desenvolvimentos mostram que havia e há alternativa, que PSD e CDS não providenciam qualquer tipo de solução.

O programa eleitoral do PS também não era aceitável. Na verdade, ele mantinha as pensões congeladas, promovia os baixos salários e a precariedade, não queria o presente aumento do salário mínimo nacional nem desagravava os impostos sobre os rendimentos do trabalho como tem sido feito.

Se esse caminho foi abandonado, isso deve-se ao Bloco que se apresentou com um programa alternativo. Foi a força de votos à esquerda que permitiu afastar o PSD/CDS do governo e que levou a uma posição em que o programa de governo do PS abandona muitas das suas premissas. Abriu-se assim a porta à recuperação de rendimentos de salários e pensões, à reestruturação do IRS, à subida do salário mínimo a 5% ao ano, à tarifa social na eletricidade que chega 800 mil famílias, ao programa de combate à precariedade, entre outras medidas sociais. Foi essa força de alternativa que permitiu a melhoria das condições de vida no país.

Constatamos, no entanto, as limitações da atual situação. A valorização dos salários e pensões e a melhoria dos serviços públicos são ainda insuficientes. O código de trabalho permanece inalterado, permitindo um faroeste laboral onde o poder está concentrado no patronato e onde a contratação coletiva foi desmantelada. O Estado continua a ser predado por interesses privados, nomeadamente nas parcerias público-privado na saúde, nas estradas e noutros sectores, assim como nas rendas da energia. O PS insiste em se juntar à direita para rejeitar as 35 horas laborais a toda a sociedade.

A obediência aos tratados europeus e a obsessão pelo défice tem prejudicado o país. É também aqui necessária alternativa, para que o que é de todos seja aplicado ao serviço de todos: no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública e no reforço da proteção social.

O desmantelamento da contratação coletiva foi um ataque ao mundo sindical e à capacidade de resposta dos trabalhadores. Neste cenário, é necessário um sindicalismo com consciência de classe e capaz de dar resposta às necessidades de luta dos diferentes sectores de atividade e de homens e mulheres com vínculos contratuais diversos, muitas vezes precários. O Bloco está nessa construção. Caminhos conciliatórios que apenas disfarçam cedências enfraquecem a capacidade de luta.

É esse caminho que queremos seguir nos próximos dois anos. No distrito como no país, as pessoas sabem que a força do Bloco está a fazer a diferença. Precisamos de mais força para marcar ainda mais essa diferença. E é a isso que nos propomos.

Nesse sentido, empenhamo-nos em dar corpo a um programa alternativo de governo e a contribuir para uma maioria social que abra o caminho às mudanças necessárias para a recuperação de rendimentos, mas também a melhoria dos serviços públicos e para o controlo público de sectores estratégicos. Para as medidas necessárias a mudar a economia para que esta sirva a população.

3. Um Bloco mais amplo nas autarquias, nos concelhos e no distrito

Nas eleições autárquicas de 2017, candidatamo-nos a mais de metade dos municípios, representando 76% dos habitantes do distrito. Foi um alargamento do Bloco, mas é ainda necessário continuar este trabalho. Estamos empenhados nisso, fazendo do Bloco um partido com mais aderentes e maior influência social.

O Bloco ampliou a sua representação autárquica no distrito. Passamos de 5 para 8 representantes nas Assembleia Municipais (2 Aveiro, Espinho, Ílhavo, Mealhada, Ovar, 2 Santa Maria da Feira). Alargamos de 2 para 8 representantes nas Assembleias de Freguesia (5 Aveiro, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira). Candidatamo-nos ainda em Águeda, Albergaria-a-Velha e São João da Madeira. É essencial o Bloco apresentar-se a votos à população também nas autárquicas.

Em todas as candidaturas autárquicas foi feita uma campanha intensa. Ficou perto de eleger em vários outros concelhos. No concelho de Aveiro, e também da Mealhada, o Bloco teve dois dos melhores resultados do país. O alargamento de representantes autárquicos confere ao Bloco maior capacidade de intervenção institucional. Comprometemo-nos a desenvolver mecanismos e iniciativas para permitir uma discussão e troca de informação mais rápida e eficiente entre os eleitos no distrito, de forma a tornar esse trabalho mais robusto.

O Bloco não cinge a sua atividade apenas à agenda institucional das autarquias.

Estamos e queremos estar no centro das lutas sociais e levamos essas causas para os órgãos municipais. Estamos lado a lado com a população na luta pelas suas condições de vida. Exemplo disso é a luta pelos transportes

públicos em Aveiro. Mostra igualmente que a luta social traz vitórias. A luta social infligiu uma derrota parcial ao executivo PSD/CDS. Foi obrigado a aumentar 46% o número de quilómetros percorridos. Ainda assim, o serviço continua com uma oferta abaixo do existente antes da concessão e que já era insuficiente.

Queremos estar mais ativos e intervenientes em concelhos onde, apesar de ainda não termos representação autárquica, somos um partido que cresce e que recolhe mais simpatias por parte da população.

Queremos mais implantação e mais força no distrito. Ter mais força significará defender melhor a população de Aveiro, ter mais capacidade de proposta, ter mais capacidade de execução.

O Bloco de Esquerda tem-se batido pela reabertura das urgências nos hospitais públicos, pela requalificação de escolas no distrito, pelo desassoreamento da ria de Aveiro, proteção da orla costeira e pelo ordenamento florestal no distrito. Temos proposto a requalificação da Linha do Vouga, a criação de melhores vias de comunicação como é o caso do IC35, da variante Arouca-Feira e da variante à EN222. Queremos a despoluição da Pateira e de várias linhas de água que atravessam o distrito, desde o rio Cértima, ao rio Ul e Antuã, melhorando a qualidade de vida das populações.

Com o Bloco de Esquerda foi possível reabrir as Urgências de S. João da Madeira e aprovar projetos de desassoreamento da ria e dos seus canais. Foi ainda possível aprovar iniciativas para a reabertura das urgências do hospital de Espinho e para a despoluição de algumas linhas de água. Continuaremos a atuar e a insistir para que estas iniciativas do Bloco de Esquerda (já aprovadas) passem à fase de concretização.

Mas não ignoramos que ainda há muito por fazer. Por isso precisamos de nos reforçar política e organizativamente nos próximos dois anos. Porque é preciso lutar pelos serviços públicos, pelos direitos dos trabalhadores e pela qualidade de vida das populações, áreas onde o PS nada faz e que têm o PSD e o CDS como inimigos.

O desinvestimento público leva a que no distrito se encontre o troço da linha do norte mais deficitário, assim como a linha do Vouga que tem

sido votada ao abandono. Os hospitais necessitam de investimento, de forma a responder melhor e com mais rapidez às necessidades das pessoas. São precisos mais profissionais de saúde e são necessárias obras para aumentar a capacidade das várias unidades hospitalares existentes no distrito, com destaque para o hospital de Aveiro, claramente subdimensionado para as exigências.

Também na educação é preciso mais investimento. A falta de assistentes operacionais é generalizada e muitas escolas necessitam de intervenção urgente. Algumas experiências de descentralização, como as de Águeda ou da Mealhada, mostram que esta solução não traz nenhuma mais valia para a população, pelo que devem ser revertidas e não aprofundadas, como parece querer fazer o PS.

As portagens nas SCUTs continuam a ser um sorvedouro de dinheiro público que rendem milhões a algumas empresas, mas que prejudicam e pesam muito no orçamento da população.

A existência de complexos industriais pesados, nomeadamente em Estarreja, tem afectado o ambiente e a qualidade de vida das populações e gerado externalidades que são assumidas pela sociedade e pelo Estado. De igual modo, na floresta continuam a faltar soluções que protejam as populações dos incêndios

Na Universidade de Aveiro afirmamos a nossa voz pelo fim das propinas e pelo ensino público gratuito. Defendemos a regularização dos trabalhadores com vínculos precários. À fundação contrapomos uma universidade pública e democrática.

É para implementar este programa e estas propostas para o distrito que dizemos que queremos mais força. Para isto e para aprofundar, a nível nacional, o caminho que o Bloco de Esquerda já iniciou: o da valorização das respostas e do aumento dos salários dos trabalhadores.

4. O ciclo eleitoral que se avizinha

Em maio do próximo ano, decorrem as eleições europeias. Alguns meses depois, as legislativas. Os passos dados pelo Bloco, a preponderância que teve na recuperação de rendimento dos

trabalhadores, mas também por se apresentar como alternativa justificam que haja um alargamento da sua base social. É para isso que trabalharemos intensivamente nas campanhas e fora delas.

Neste ciclo eleitoral, discutimos que Europa e que país construir. Queremos uma Europa e um país de solidariedade e que responda às necessidades das populações, que responde na criação de emprego e no reforço dos direitos dos trabalhadores. Rejeitamos um país que fica limitado pelas imposições de Bruxelas sobre o défice e a dívida.

É por isso que rejeitamos os tratados europeus que configuram a política de austeridade. Rejeitamos o país das cativações e dos serviços públicos nos mínimos. Mas não basta a rejeição é necessário apresentar uma alternativa credível. E essa é a escolha essencial nestas eleições. É a escolha entre os tratados e a democracia.

As últimas eleições legislativas mudaram o país. O salário mínimo subiu, a recuperação de rendimento teve início. Mudou também o conceito de voto útil. Útil agora será votar no programa político que melhor serve o país. Desenvolveremos todos os esforços para apresentar esse programa alternativo de governo ao país. Um programa vocacionado para responder ao país e disputar a maioria.

5. Um partido com militância para fazer a luta toda

O Bloco não secundariza lutas porque não há vidas secundárias. Fazemos a luta toda ao lado dos ativistas que buscam alternativas ao capitalismo, pelo socialismo, pela defesa dos direitos laborais, na luta ecologista, contra o racismo e a xenofobia, nas lutas feministas, nos direitos LGBTQ+, na defesa dos serviços públicos.

O alargamento orgânico e social do partido é também uma prioridade. Defendemos um partido de massas e como tal aberto, diverso e democrático. Rejeitamos o sectarismo e controleirismo no partido, nos movimentos sociais e nas organizações de trabalhadores.

Um partido com várias formas de pertença e de militância. Assim comprometemo-nos ativamente a estar onde estão as lutas, lado a lado onde estão as pessoas, sempre de portas abertas a novos aderentes.

Não existe partido sem aderentes e sem militância. A força de um partido é a força das suas ideias e dos seus membros. É a capacidade de influenciar a vida social do país. Comprometemo-nos a alargar a base social e orgânica do Bloco. A construir um Bloco capaz de criar a alternativa e capaz de disputar a maioria social no distrito e no país.

Candidatos/as Efetivos/as

Moisés Ferreira, psicólogo
Nelson Peralta, biólogo
Virgínia Matos, assistente técnica
Joaquim Dias, escriturário
Nuno Serrano, consultor informático
Rita Baptista, farmacêutica
Jacqueline Marques, professora
Eduardo Ferreira, biólogo
Eva Braga, economista
Dilan Granjo, estudante
Salomé Ventura, arquiteta
João Moniz, investigador
Eduardo Couto, estudante

Candidatos/as Suplentes

Ana Luzia Cruz, professora
Tomás Marques, estudante
Luis Sá, empresário
Filipa Vieira, estudante
António Neto, engenheiro
João Martins, músico
Helena Oliveira, administrativa
Luis Grilo, freelancer
Noel Rubio, operador de retificação
Raquel Valentim, jurista
Bruno Moraes, técnico de emergência pré-hospitalar
José Ruivo, funcionário de agência funerária
Bianca Almeida, estudante
Paulo Oliveira, adjunto de direção
Celme Tavares, técnica superior da administração pública

Mandatário da moção: Eduardo Couto